



05/11/2014 - Sinttel

Aberta negociação coletiva com a Oi

Em reunião na Oi, no dia 04 de novembro, a Fenattel abriu as negociações para a renovação do Acordo Coletivo do Trabalhadores. Foi definido o cronograma de negociação coletiva e as reuniões para discutir as reivindicações da categoria começam na quinta-feira da próxima semana, dia 13/11. Também já estão agendadas reuniões para o dia 20/11 e, caso seja necessário, há outra pré agendada para o dia 27/11.

A expectativa da Fenattel é que nessas datas haja definição sobre a renovação do Acordo Coletivo. Mas para termos um bom acordo para o próximo período, com sucesso na negociação, será fundamental a participação dos trabalhadores.

Executiva da Fenattel se reúne com novo presidente da Oi

A primeira reunião realizada, no dia 04, foi realizada entre a Executiva da Fenattel e o novo presidente da Oi, Bayard Gontijo, que assumiu o cargo no início de outubro. Os representantes da Executiva da Fed-

eração consideraram a reunião positiva.

Na reunião, o presidente da Oi expôs a situação da empresa num cenário de dificuldades e da expectativa de consolidação do setor de telecom no país. Disse que entende a importância dos trabalhadores para que a empresa atravessasse este momento mantendo os seus compromissos assumidos perante os consumidores e clientes.

Mesmo o novo presidente da Oi acenando positivamente e reconhecendo a necessidade da valorização dos trabalhadores, continuaremos "ligados" nos acontecimentos. Faremos marcação cerrada para que a empresa, neste momento de mudança, não jogue a responsabilidade de seus problemas nas costas dos trabalhadores.

De forma incisiva, os representantes da Fenattel deixaram claro para o presidente da Oi a necessidade de maior atenção para o conjunto dos trabalhadores, seja com o pessoal da Rede Externa, da Planta Interna e o tão esperado Placar.

05/11/2014 - Telesíntese

"O governo não vai ajudar a alimentar especulações", diz Bernardo sobre TIM

"O governo não está no ramo de corretagem de empresas de telecomunicações e não vai ajudar a alimentar essas especulações", ressaltou.

O ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, disse, nesta quarta-feira (5), que as informações publicadas na imprensa sobre o fatiamento da TIM entre a Oi, Claro e Vivo parece uma especulação do mercado financeiro, interessado em participar do negócio e ganhar uma boa soma de comissões. "Conversei com os presidentes das três operadoras e todas negaram ter fechado um acordo", disse.

Bernardo, que participou das comemorações dos 17 anos da Anatel, afirmou que acha ruim a ideia de sumir com uma empresa do mercado. "Vender a empresa, transferir, isso é normal, acontece. Mas acho que temos que ter cuidado e observa: o gover-

no não vai ajudar a alimentar especulações. O governo não está no ramo de corretagem de empresas de telecomunicações", ressaltou.

Para o ministro, se as empresas tivessem confirmado para a CVM que fizeram um acordo, ia ter uma confusão enorme. "Fizeram uma reunião e disseram: vamos pegar uma empresa e vamos fatiar? Essas coisas têm que ser transparentes. O que estou entendendo é que pode ter alguém que compre a TIM. Aí o Cade [Conselho Administrativo de Defesa Econômica] vai dizer que vai ter problema de concorrência e vai ter que repassar um pedaço. Fora disso, é especulação", assinalou Bernardo.



05/11/2014 - Telesintese

“A TIM não está de olhos fechados para novas aquisições”, afirma Abreu

O presidente da TIM Brasil, Rodrigo Abreu, afirmou hoje, durante o anúncio dos resultados do terceiro trimestre de 2014 que “não existe proposta, oferta, negociação, enfim, nada” sobre o fatiamento da operadora por Claro, Oi e Vivo. E completou que a TIM continua analisando todas as oportunidades para futuras aquisições

O presidente da TIM Brasil, Rodrigo Abreu, afirmou hoje, durante o anúncio dos resultados do terceiro trimestre de 2014, que a empresa não “está de olhos fechados” para novas aquisições e oportunidades de negócios. Disse que a desistência à aquisição da GVT ocorreu no momento em que foi analisado que o preço ofertado não daria o retorno necessário ao acionista mas que “ a companhia vai continuar avaliando as oportunidades ao longo do tempo” , afirmou o executivo.

Abreu ressaltou que, mesmo com a redução de 27% no valor da VU-M, que provocou a queda nas receitas totais da empresa de 3,8%, para R\$ 4 bilhões, houve um aumento do Ebitda (caixa da companhia), de 6,4% e aumento do lucro líquido de 10,6% devido ao crescimento das receitas saintes e controle de custos, que teve redução de 8,3%. O executivo ressaltou também que a queda nas receitas de SMS é previsível, e continuará em sua trajetória descendente.

A receita out going da TIM aumentou 43%, principalmente com os serviços de comunicação de dados, um tendência que irá se confirmar nos próximos trimestres.

Smartphone

A base de aparelhos smartphones da operadora já chega a 32 milhões, ou 44% dos usuários. E 80% dos novos celulares vendidos são smartphones. Na avaliação de Abreu, ainda este ano todos os novos aparelhos comercializados pela operadora terão acesso à internet.

Faixa de 1,8 GHz

O executivo assinalou que o mercado não deve se preocupar demais com a disputa pela faixa de frequência de 1,8 GHz que se trava pela TIM e Oi com a Anatel, pois, segundo ele, é apenas uma questão burocrática, que envolve o prazo do pedido de renovação da frequência. “ Este não deve ser motivo de preocupação dos analistas” , afirmou

05/11/2014 - Altamiro Borges

Quem é democrata hoje no Brasil?



As disputa políticas tem frequentemente girado em torno da disputa da democracia. Uma e outra força política pretende apropriar-se da palavra democracia e caracterizar seu oponente como não democrata.

Mas quem realmente é democrata hoje no Brasil e quem não o é?

O Brasil foi sempre caracterizado como o país mais desigual do continente mais desigual. Não o mais rico, nem o mais pobre, mas aquele cuja desproporção entre ricos e pobres era a maior. Não era, portanto, um país socialmente democrático embora, pelos cânones liberais, era considerado uma democracia: divisão dos poderes do Estado, eleições periódicas, pluralismo partidário, imprensa livre (atenção: livre quer dizer privada, para o liberalismo).

Não poderia ser democrático, porque não o era para a grande maioria. Foram os governos do PT que ampliaram enormemente a inclusão social e, portanto, a democracia no Brasil. Mas esse processo se choca com estruturas de poder a que a democratização não chegou.

A democratização obedeceu aos cânones liberais apontados acima. Mas não chegou às estruturas profundas do poder no Brasil. Não chegou ao sistema bancário, à propriedade da terra, às grandes corporações industriais e comerciais, não chegou aos meios de comunicação. Ao contrário, em vários aspectos essas estruturas de poder se consolidaram como grandes monopólios, ao invés de ser democratizadas, de forma paralela às estruturas políticas e institucionais.

Os governos Lula e Dilma dão continuidade ao

processo de democratização, estendendo-a ao plano social, desenvolvendo processos de inclusão e de cidadania para a grande maioria. E se chocam com aquelas estruturas não democrática de poder na sociedade.

O processo eleitoral recém concluído viu, por um lado, um apoio majoritário às políticas sociais que deram início ao mais importante processo de democratização social do Brasil, por outro, o controle da formação da opinião pública por parte da direita, apoiada no controle monopolista dos meios de comunicação.

Quem é democrata hoje no Brasil? Quem estende direitos elementares, sempre negados, à grande maioria da população? Ou quem considera que a economia não cresce porque o salário mínimo seria alto? Quem luta pela democratização dos meios de comunicação ou quem detem o seu monopólio e faz uso partidário e discricionário dele? Quem propõem o fim do poder do dinheiro sobre as campanhas eleitorais? Ou quem elege bancadas de lobbies baseados nos financiamentos empresariais, para defender seus interesses?

Quem fortalece os bancos públicos para desenvolver políticas sociais? Ou quem se vale dos bancos privados para a especulação financeira? Quem faz chegar atenção médica a dezenas de milhões de brasileiros, que nunca puderam gozar dela? Ou quem se opõe a isso, bem como à abertura de novas vagas nos cursos de medicina das universidades públicas?

Quem quer que as decisões do governo se baseiem em consultas à população? Ou quem quer seguir monopolizando as instâncias de decisão parlamentar, baseados na negociata de cargos e favores? Quem quer um país para todos? Ou quem quer voltar ao país governado só para uma parcela da população?

A campanha, mais além dos enfrentamentos imediatos, faz parte de uma imensa luta para democratizar o Brasil. Que tem agora na democratização dos meios de comunicação e na reforma política, suas próximas batalhas.



06/11/2014 - Brasil 247

Desemprego cai no segundo trimestre e vai a 6,8%

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do IBGE, a taxa de desemprego brasileira 0,3 ponto percentual no segundo trimestre de 2014 em relação a dos três meses imediatamente anteriores; no primeiro trimestre, o índice havia subido 0,8 ponto percentual em relação ao fim de 2013, ficando em 7,1%; se comparada ao segundo trimestre do ano passado, a taxa caiu 0,6 ponto percentual; no segundo trimestre, 92,1 milhões de pessoas estavam ocupadas e 6,8 milhões, desocupadas

A taxa de desemprego brasileira ficou em 6,8% no segundo trimestre de 2014, 0,3 ponto percentual a menos que a dos três meses imediatamente anteriores, divulgou hoje (6) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua. No primeiro trimestre, a taxa havia subido 0,8 ponto percentual em relação ao fim de 2013, ficando em 7,1%.

Se comparada ao segundo trimestre do ano passado, a taxa caiu 0,6 ponto percentual, pois o indicador estava em 7,4%. A pesquisa também mostra o nível de ocupação da população, que se refere à porcentagem de pessoas que estavam trabalhando no período. Segundo o IBGE, a taxa estava em 56,9%, contra 56,7% do primeiro trimestre de 2014 e 56,9% do segundo trimestre de 2013.

Segundo o IBGE, no segundo trimestre deste ano, 92,1 milhões de pessoas estavam ocupadas e 6,8 milhões, desocupadas. No primeiro trimestre deste ano, o número total de desocupados era 7 milhões e o de ocupados, 91,2 milhões. Já no segundo trimestre de 2013, essas parcelas da população somavam 7,3 milhões e 90,6 milhões.

A Pnad Contínua referente ao segundo trimestre tinha divulgação prevista para agosto deste ano, mas foi adiada por conta da paralisação parcial de servidores, entre maio e agosto. O resultado do terceiro trimestre será divulgado no final de dezembro.

Desemprego caiu mais entre mulheres e no Nordeste

A taxa de desocupação entre as mulheres brasileiras teve uma queda mais acentuada em relação a dos homens, quando comparado o resultado do segundo trimestre de 2014 com o mesmo período do ano passado e com os primeiros três meses deste ano. Apesar

disso, a taxa de desemprego feminina continua acima da masculina, com 8,2% contra 5,8%.

No primeiro trimestre deste ano, a taxa de desemprego entre os homens ficou em 5,9% e recuou 0,1 ponto percentual no segundo trimestre. Entre as mulheres, essa queda foi 0,5 ponto percentual, de 8,7% para 8,2%.

Se comparada ao segundo trimestre do ano passado, a taxa de desocupação entre as mulheres ficou 1,1 ponto percentual atrás dos 9,3% registrados, enquanto, para os homens, a redução foi 0,2 ponto percentual, de 6% para 5,8%.

A maior taxa de desocupação é registrada entre as mulheres da Região Nordeste, onde chega a 10,4%.

Sem levar em consideração o sexo do pesquisado, a região com maior taxa de desocupação é o Nordeste, com 8,8%. Em seguida, aparecem o Norte, com 7,2%, o Sudeste, com 6,9%, o Centro-Oeste, com 5,6%, e o Sul, com 4,1%.

As maiores quedas em relação ao primeiro trimestre ocorreram nas regiões com as taxas mais altas. Norte e Nordeste tiveram redução de 0,5 ponto percentual. O mesmo ocorre na comparação com o mesmo período do ano passado. Em relação a 2013, a desocupação caiu 1,1 ponto percentual no Norte e 1,2 ponto percentual no Nordeste.

A pesquisa produz informações contínuas sobre a inserção da população no mercado de trabalho e suas características, tais como idade, sexo e nível de instrução, permitindo, o estudo do desenvolvimento socioeconômico do país. A cada trimestre, a Pnad Contínua investiga 211.344 domicílios particulares permanentes em aproximadamente 16 mil setores censitários, distribuídos em aproximadamente 3,5 mil municípios.